

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.812.781 - RS (2019/0128816-1)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
EMBARGANTE : FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF
ADVOGADOS : ESTEFANIA FERREIRA DE SOUZA DE VIVEIROS -
DF011694
LEANDRO PITREZ CASADO - RS053911
JULIA RANGEL SANTOS SARKIS - DF029241
LIANNA DE SOUZA RIBEIRO - DF026136
FRANCIELE DA SILVA SAGAS - RS105427
EMBARGADO : ROBERTO VICTORIO TRINDADE
ADVOGADOS : DAISSON FLACH - RS036768
REGIS ELENIO FONTANA - RS027389
GABRIELA TAVARES GERHARDT BLANCK - RS068622
PAULA SIMÕES LOPES BRUHN - RS078260
RICARDO ZENERE FERREIRA - RS087039
INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS : DAMIAO ALVES DE AZEVEDO - DF022069
JULIANA VEIGA BIEDRZYCKI - RS065284

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1022/CPC. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA. INVIABILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos por FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF em face de decisão monocrática (e-STJ, fls. 1.594/1.596) que, reconhecendo a incompetência absoluta da Justiça Federal para o processamento e julgamento da demanda, determinou a remessa dos autos à Justiça laboral.

Em suas razões, a embargante alega, além da inovação recursal em relação ao pedido de julgamento da demanda pela Justiça do Trabalho, que a *causa petendi* da demanda está fundamentada unicamente em matéria previdenciária.

Sem impugnação (e-STJ, fls. 1.634/1.635).

É o breve relatório.

Decido.

Os embargos declaratórios não merecem acolhida.

Nos limites estabelecidos pelo art. 1022, do CPC, os embargos de declaração destinam-se apenas a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou sanar erro material eventualmente existentes no julgado e, excepcionalmente, atribuir-lhe efeitos infringentes quando algum desses vícios for reconhecido.

No caso, o *decisum* embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso especial, ao concluir, considerada a natureza de ordem pública da matéria, pela incompetência absoluta da Justiça Federal para o processamento e julgamento da demanda e remessa dos autos à Justiça laboral.

Destacou-se expressamente que a competência para o processamento e julgamento da lide é fixada em razão da natureza da causa, que é definida pelo pedido e pela causa de pedir deduzidos na petição inicial, e que, na hipótese, o exame da controvérsia não se restringiria à interpretação das normas relacionadas ao regime de previdência complementar, haja vista a necessidade de se decidir previamente se a referida parcela do "CTVA" tem ou não índole salarial e, por conseguinte, se poderia, nesse caso, ter sido excluída do salário de contribuição, o que, nos termos do art. 114, VI, da Constituição Federal e da jurisprudência pacífica do STJ, compete exclusivamente à Justiça Laboral.

Ficou ressaltado, ainda, a possibilidade de a autora ajuizar posteriormente nova ação perante a Justiça Comum contra a entidade de previdência privada visando obter a inclusão do CTVA (Complemento Temporário Variável de Ajuste de Mercado - CTVA) na base de cálculo para fins de formação de reserva matemática e poupança para fins de suplementação da aposentadoria, após o desfecho da reclamação trabalhista.

No mais, as alegações trazidas pela embargante reflete mero inconformismo com o teor da decisão, pretendendo rediscutir o que já foi decidido.

Superior Tribunal de Justiça

Portanto, não há qualquer vício na decisão a ensejar a sua retificação.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Advirto as partes que a oposição de incidentes manifestamente improcedentes e protelatórios dará azo à aplicação das penalidades legalmente previstas.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator